

## **O desafio da qualidade paisagística e do turismo sustentável no litoral paraibano: a Praia de Jacumã, Conde/PB**

Ilana Barreto Kiyotani<sup>1</sup>

### **Resumo**

O artigo, em um primeiro momento, resgata a conceituação da atividade turística para a Organização Mundial do Turismo, apresenta o tema desenvolvimento e as formas de planejamento necessárias ao alcance do desenvolvimento sustentável. Por se tratar de um estudo de caso que analisa a urbanização e a paisagem da Praia de Jacumã, estes dois temas são retratados. Para concluir o estudo se tem a descrição do processo de ocupação da área em questão, bem como o estado em que se encontra atualmente, fazendo uma análise de quais as consequências na paisagem por conta deste processo de ocupação e pela urbanização turística da praia. O objetivo deste trabalho é estudar o processo de ocupação da Praia de Jacumã e as relações sociais que o possibilitou e que, por sua vez, configuraram a atual paisagem local. Como metodologia foi adotada a pesquisa exploratória qualitativa com procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas.

**Palavras-chave:** Turismo; Desenvolvimento; Urbanização; Paisagem; Praia de Jacumã.

---

<sup>1</sup> Professora do Bacharelado em Turismo da Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Turismo pela UFPB (2006); Especialista em Análise Ambiental pela UFPR (2008) e Mestre em Geografia pela UFPB (2011).

## 1 Introdução

O turismo é hoje uma atividade de singular importância à economia mundial. A realidade brasileira evidencia o auge dessa atividade, tanto que a política nacional e local a prioriza como alavanca de crescimento econômico. Através de um discurso generalizado, o turismo tornou-se para o Brasil e, especialmente, para o nordeste a principal forma de se alcançar o tão almejado e enaltecido desenvolvimento sustentável.

É notória a participação do turismo nos processos de ocupação do litoral brasileiro, muitas das praias foram descobertas por viajantes aventureiros que buscavam o novo e a partir desse momento foram chegando mais e mais turistas, o que depois veio a proporcionar e necessitar uma urbanização para as áreas.

A escolha da Praia de Jacumã como objeto de estudo surgiu da necessidade de compreender melhor como o turismo ali praticado fez parte do processo de ocupação da área, como ele foi modificando a paisagem local e quais os frutos dessa urbanização turística.

A Praia de Jacumã constitui-se em um ambiente que teve no turismo um

determinante de seu espaço físico, o qual atua até os dias de hoje. Essa atividade está presente não só na concretude das formas urbanas expressas na paisagem, mas antes de tudo nas relações sociais e ambientais da área, até porque sem tais relações não se teria formado a atual paisagem.

É perceptível que o turismo é impactante no espaço urbano e na comunidade de Jacumã, por vezes esses impactos são positivos, mas em sua maioria constituem-se negativos. Percebem-se esses impactos na desordem das edificações, das quadras mal definidas dos loteamentos; na falta de pavimentação de diversas ruas; na precariedade dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água.

Esses são apenas alguns impactos elencados, mas que se multiplicam em períodos de alta temporada turística quando surge então o aumento da poluição residual, pois o sistema de coleta de lixo não é eficiente dado o grande número de pessoas aglomeradas. Percebe-se ainda nas épocas de veraneio, a poluição auditiva derivada de sons emitidos de casas e carros em alto volume, ocorre também impedimento de tráfego em alguns trechos devido a carros parados no meio das ruas,

bem como pessoas que ali ficam conversando. Enfim, o espaço de Jacumã torna-se caótico.

Diante desse contexto se faz relevante estudar e analisar até que ponto o processo de ocupação e as relações nele embutidas refletiram na atual paisagem da Praia de Jacumã e, ainda, qual a influência dessa constituição urbana nas futuras possibilidades de desenvolvimento turístico do local. Tem-se como objetivo final deste artigo então, estudar o processo de ocupação da Praia de Jacumã e as relações sociais que o possibilitou e que, por sua vez, configuraram a atual paisagem local.

Como procedimentos metodológicos têm-se a pesquisa qualitativa exploratória através de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, realizado através de pesquisa de campo, com entrevistas semi-estruturadas aplicadas a representantes comunitários, empresários e pessoas públicas atreladas à atividade turística. A bibliografia analisada concentrou-se nos temas: crescimento do turismo, planejamento turístico, urbanização turística, paisagem e impactos do turismo. As informações a respeito da Praia de Jacumã foram colhidas em

bibliografia específica e por buscas a arquivos e inventários do Município do Conde, bem como através de pesquisas de campo.

Para analisar como a população local percebeu a ocupação de Jacumã pelo turismo, aplicaram-se entrevistas a comunidade, ao empresariado e ao setor público local. As entrevistas foram realizadas no mês de setembro de 2005 e possuem uma amostragem de oito entrevistados, estando divididos em: três representantes comunitários, o responsável pela Colônia de Pescadores, o responsável pela Associação de Barraqueiros de Jacumã e o responsável pela Associação Comunitária de Jacumã; três empreendedores locais, um dono de bar, um dono de pousada e um dono de hotel; e dois representantes do setor público municipal, o Secretário de Planejamento e o Secretário de Meio Ambiente e Projetos Especiais.

Foram entrevistados gestores públicos locais que têm vínculo com a produção e o desenvolvimento da atividade turística e com o planejamento urbano do Município do Conde. Essas entrevistas se constituem de perguntas referentes à atividade turística, ao processo ocupação

da área (a Praia de Jacumã) e a como atores sociais percebem o turismo, a urbanização e a paisagem da localidade hoje.

Tais pesquisas de campo tiveram por finalidade perceber e analisar os impactos causados pelo turismo ao meio ambiente (ecologia, sociedade, cultura, economia e espaço construído). Somado a ela se realizou um estudo da qualidade paisagística através das informações coletadas junto aos atores sociais locais e de fotos da região.

Ao longo deste trabalho serão apresentados os principais conceitos que embasam o estudo do turismo, da urbanização e da paisagem no turismo.

## 2 Turismo e Planejamento

A atividade turística surgida no século XIX<sup>2</sup> provavelmente não acreditava transformar-se em tal grandeza econômica que é na contemporaneidade. Considerado um fenômeno social que nasceu da existência do tempo livre somado ao desenvolvimento do sistema de transportes,

---

<sup>2</sup> Autores, como Barretto (2001), remetem ao século XIX a qual seria a primeira viagem dita de turismo, realizada pelo inglês Thomas Cook no ano de 1841.

no começo, tímido, o turismo foi ganhando força e valor.

Atentando para a primeira versão do conceito de turismo descrito pela Organização Mundial do Turismo – OMT, o turismo é a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (OMT *apud* BARRETTO, 2001, p.12). Vê-se como a própria organização responsável pelo setor expressava uma visão pouco abrangente da atividade, onde não se incluía o que chama-se hoje turismo de negócios, que, por sua vez, representa um segmento de mercado lucrativo e em expansão.

Mas a OMT refez seu conceito, e em 1991 apresentou uma versão menos restrigente que diz: “o turismo compreende as atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual<sup>3</sup> por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros” (OMT *apud* BARROCO, 2005, p.17). Essa nova reflexão da OMT faz-se bem mais

---

<sup>3</sup> Lê-se residência habitual (BARROCO, 2005).

aceitável, visto o caráter de múltiplas funções e motivações que o turismo possui.

O conceito de turismo foi “crescendo” diretamente proporcional ao desenvolvimento da atividade. Foi sua expansão que despertou novos olhares, novas formas de se compreender, ver e de se conceber o turismo. Por isso, já em finais da década de 1980 se produziram definições que não diminuíam o poder de abrangência do turismo e buscando enfatizá-lo como atividade sustentável.

Swarbrooke (2000, p.19) define o turismo sustentável como aquele que é “economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade”. Ou seja, ele congrega interesses ecológicos, sociais e econômicos buscando sempre o equilíbrio desses três âmbitos e proporcionando benefícios e progresso, minimizando danos físicos, sociais e econômicos.

No contexto da sustentabilidade, por vezes citado como panacéia salvacionista<sup>4</sup>, o turismo tem gerado especulação acerca do tema e expectativa

no cenário mundial e nacional de ser provedor de desenvolvimento. Mas é relevante compreender que, como qualquer outra atividade que afeta a economia e o meio ambiente, existem os prós e os contras. Nem sempre o turismo vai ser bom para uma localidade, nem sempre vai ser ruim. Não considerá-lo como bem ou mal absoluto já é um bom começo para desenvolvê-lo e refletir sobre o assunto.

Por esse motivo é necessário que se estude a implantação e o decorrer da atividade turística em cada localidade, como está sendo a resposta da comunidade e da economia local à prática da mesma. O turismo pode afetar positiva ou negativamente, pode desenvolver e também pode degradar e assim, os cuidados ao implantá-lo ou geri-lo requerem competência e responsabilidade.

Sem perder de vista os objetivos do turismo, tendo sempre em mente que ele pode ser – dependendo da maneira como venha a crescer – uma fonte inesgotável de benefícios sócio-econômicos e culturais para a comunidade que recebe a corrente de visitantes ou, em caso contrário, a mais desumana e degradante ação predatória capaz de corromper o espírito popular, desmoralizar as tradições, inflacionar os preços, poluir e

<sup>4</sup> Afirmação defendida por autores como Krippendorff (2000).

destruir os encantos da natureza, esmagar a cultura nativa ao mesmo tempo em que concentrará as rendas provenientes do turismo, os lucros do empreendimento nas mãos de alguns poucos exploradores como nova forma de colonização, sem permitir qualquer proveito material ou espiritual para a região ou a localidade “assaltada” pelos especuladores do turismo. (BONALDO NETO *apud* CASTELLI, 1990)

Apesar dos males que pode vir a causar, o turismo representa hoje a quarta economia mundial, ficando atrás apenas das indústrias petrolífera, química e de alimentos<sup>5</sup>. A OMT defende a ideia de turismo como grande provedor de desenvolvimento: “o turismo se converteu em uma das principais fontes de empregos e estimula enormes investimentos em infraestrutura, das quais a maior parte contribui para melhorar as condições de vida da população autóctona”. (OMT, 2005)

E qual seria então este almejado nível de desenvolvimento proporcionado

pelo turismo? Primeiramente é cabível entender desenvolvimento, que no senso comum é perceptível sua associação a crescimento e progresso. Souza (1997) trata desenvolvimento de uma forma bastante abrangente, sob uma visão sócio-espacial onde seu conceito é de um processo de superação de problemas e de conquistas de melhores condições de vida que por fim propiciem satisfação individual e coletiva.

Ao que se espera de um desenvolvimento proporcionado pelo turismo agrega-se o conceito da sustentabilidade. Ao unir estes dois conceitos, dando ao primeiro caráter sustentável, Swarbrooke (2000, p.3) diz ser esse desenvolvimento aquele “que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”. O fato de desenvolver passa a ter uma conotação de longo prazo, que se estende desde o agora até as gerações que virão adiante, e envolve a necessidade de intervenções e de planejamento para se alcançar melhorias em âmbitos gerais. Essa forma de desenvolver abarca o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos. (SWARBROOKE, 2000)

---

<sup>5</sup> Segundo a Organização Mundial do Turismo (2012) no documento: Tourism Highlights. 2012 Edition. Disponível em: <http://mkt.unwto.org/en/publication/unwto-tourism-highlights-2012-edition>. Acesso em: 11/07/12.

O desenvolvimento sustentável propõe estar em equilíbrio o crescimento econômico, o crescimento populacional, os limites ambientais, o progresso tecnológico e a funcionalidade dos ecossistemas. Atrela-se essencialmente ao conceito de ética, pois ao se tratar de atividades e posicionamentos que podem vir a trazer danos à natureza e ao homem é necessário que se pense e se aja com ética. (SWARBROOKE, 2000)

Ao se escutar o termo desenvolvimento sustentável, logo se estabelece uma relação com a questão ecológica, mas é preciso lembrar que o mesmo está atrelado ao ambiente num todo e que desenvolvimento e meio ambiente tem de andar em conjunto. Por isso, Sachs (*apud* BURSZTYN, 1994, p.31) cita a The South Commission (1990): “a verdadeira escolha não é entre desenvolvimento e meio ambiente, mas entre formas de desenvolvimentos sensíveis ao mesmo”.

Aproveitando o ensejo da questão ambiental verifica-se aqui o conceito de desenvolvimento sustentável para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD:

Um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos

investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas. (CMMAD 1991, *apud* RUSCHMANN 1997, p 109)

Para se desenvolver sustentavelmente um lugar algumas medidas precisam ser tomadas. É preciso fazer com que a economia do local cresça, lembrando sempre que crescimento econômico não é desenvolvimento e que o último não será consequência do primeiro. Crescimento econômico dá-se pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, do dinheiro que circula no país e que se pressupõe levar a um aumento nas rendas nacionais, o que por sua vez servirá para adquirir o necessário para chegar a um desenvolvimento (MOLINA e RODRIGUEZ, 2001). Mas o conceito em si de crescimento econômico não abrange, em momento algum, os aspectos sociais e naturais.

Sachs (1994, p.37) aponta cinco princípios de sustentabilidade que devem nortear a atividade turística: sustentabilidade ecológica, social, cultural, econômica e espacial. A primeira prioriza a

proteção da natureza, bem como da biodiversidade. No que diz respeito ao turismo, este deve respeitar a capacidade suporte dos ecossistemas, minimizar danos e limitar o consumo dos recursos naturais. Não é visto em Jacumã este respeito pela natureza, fica claro como os interesses econômicos se sobrepõem aos ambientais, por isso existe nesta praia casos de assoreamento de manguezais e destruição da vegetação nativa.

A sustentabilidade social fundamenta-se em um desenvolvimento que leve a sociedade a um padrão estável de vida, com distribuição de renda mais equitativa, com diferenças sociais amenizadas e cidadania. Está presente no investimento em educação, saúde, habitação e renda da população, enfim, em progresso na qualidade de vida. Mais uma vez vê-se a precariedade do serviço público na Praia de Jacumã, faltam escolas que absorvam a população local, tendo de haver o deslocamento para o centro do Conde. Quanto à saúde, o único posto médico da Praia possui apenas um médico plantonista. Por sua vez a segregação social é óbvia, onde a população flutuante reside nos lotes que rodeiam a praia, antes da pista principal e a população local se

fixa após essa pista principal, nos loteamentos mais adentro de Jacumã.

A sustentabilidade cultural implica em potencializar e valorizar a cultura local considerando a identidade cultural de um povo e seu modo de vida. Em Jacumã não é perceptível este investimento na cultura local, no caso o Coco-de-roda, e ainda são disponibilizados a população, em eventuais eventos, bandas do Conde ou da capital, em geral que tocam pagode ou axé. A sustentabilidade econômica deve assegurar o crescimento econômico para as gerações atuais e satisfazer as necessidades das gerações futuras. No ritmo que Jacumã cresce baseando-se no turismo, mas sem um planejamento da atividade e ainda saturando o meio ecológico, é pouco provável a segurança de um mercado para as gerações futuras.

No que tange uma sustentabilidade espacial, é preciso que exista equilíbrio na configuração urbana do espaço, com uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Evitar a concentração excessiva nas áreas centrais, frear o avanço urbano às áreas naturais e investir em tecnologias que proporcionem



uma agricultura regenerativa, ou seja, menos danosa ao solo por permitir sua recuperação. Como mencionado anteriormente, existe a invasão de áreas de proteção, como os mangues, por exemplo, e no que tange a concentração econômica vê-se que ela se consagra na área de veraneio, ou seja, nos arredores da praia, perto das segundas residências. (SACHS, 1994)

Somente seguindo esse raciocínio se chegará ao tão sonhado desenvolvimento sustentável. Mas para que o mesmo seja alcançado, há de se traçar o caminho, planejar cada ação com fim de não se perder ideais e de manter o controle sobre o que se está proporcionando a um lugar.

Molina e Rodriguez (2001, p.79) discorrem sobre o planejamento, dizendo ser este “resultado de um processo lógico de pensamento, mediante o qual o ser humano analisa a realidade abrangente e estabelece os meios que lhe permitirão transformá-la de acordo com seus interesses e aspirações”.

No que tange o turismo, o planejar torna-se vital a atividade, pois será ele que proporcionará o bom andamento e a continuidade da mesma. O planejamento

turístico visa à minimização de impactos e a potencialização de retornos benéficos, podendo com isso resultar em uma resposta mais positiva da comunidade hospedeira em relação à atividade (HALL, 2001). Ao longo dos anos o planejamento turístico evoluiu em foco e métodos para atender as exigências que foram surgindo com o tempo, como por exemplo, os cuidados com o meio ambiente e a melhoria nos sistemas comunicacionais, seja nos transportes ou entre pessoas.

Os enfoques de planejamento turístico apresentado por Hall (2001) foram fornecidos por Getz (1987), que identificou quatro procedimentos nessa área: o fomento, uma abordagem econômica voltada para indústria, uma abordagem físico-espacial e uma abordagem voltada para a comunidade. Para o autor desses procedimentos eles podem ser executados em conjunto e não necessariamente sequenciais.

Pela abordagem do fomento, usado no planejamento turístico desde o início do turismo de massa, pouca atenção se dá aos impactos negativos ocasionados pela atividade. O fomento vê o turismo unicamente pelo seu lado positivo, e que recursos naturais e culturais são objetos a

serem explorados. De acordo com sua visão os residentes do destino turístico não devem se envolver na tomada de decisão dentro do processo de planejamento da atividade. O fomento também não respeita conceitos de capacidade de saturação social e ecológica de uma região, visto que tem um posicionamento totalmente quantitativo. Ou seja, é um posicionamento totalmente contrário aos preceitos do desenvolvimento e turismo sustentáveis citados anteriormente, mas que, como pode ser percebido pelos exemplos nas questões de sustentabilidade de Sachs (1994), é a forma de se fazer turismo em Jacumã.

Sobre uma abordagem que entende o turismo como indústria, a tradição econômica, a atividade é vista como indústria de exportação que contribui para o equilíbrio nacional e regional nas relações de troca, na balança de pagamento e/ou em níveis de câmbio exterior. Sob esta ótica o governo pode se utilizar do turismo como mecanismo para a reestruturação e crescimento econômico, para a geração de empregos e desenvolvimento regional.

A abordagem físico-espacial originou-se no trabalho dos geógrafos, profissionais planejadores do uso do solo e

conservacionistas, pois defendem uma vertente racional para o planejamento de recursos naturais. O planejamento do uso do solo é considerado uma das formas mais antigas de proteção ambiental, infelizmente a Praia de Jacumã não dispõe desse recurso, o que tem sido agravante na conservação de seu meio ambiente. Para Hall (2001, p.4) o planejamento físico se refere ao “planejamento com um componente espacial ou geográfico no qual o objetivo geral é preparar uma estrutura espacial de atividades (ou uso do solo) que, de alguma forma, é melhor que o padrão existente sem planejamento”.

Esse tipo de planejamento visa minimizar os impactos negativos do turismo cuidando de questões de saturação física e social, saturação ambiental e limites ou índices aceitáveis, desejáveis de mudança. Planos de desenvolvimento turístico sob esse ponto de vista são feitos baseados nos recursos naturais e na capacidade ou limitações de áreas para suportar a infraestrutura turística. Também são feitos análise e relatórios sobre impactos sociais e culturais. (HALL, 2001).

Por último, uma abordagem voltada para a comunidade implica em um

planejamento turístico que inclua os residentes locais em todo seu processo, desde a tomada de decisões à avaliação dos retornos provenientes da implantação da atividade. Tem por princípio base a melhora do padrão de vida da sociedade receptora. Uma vez que a aceitação da comunidade local acerca do turismo existe, é possibilitada a expansão do setor.

A partir da exposição dos enfoques de planejamento é cabível enfatizar que o turismo sustentável, na verdade, é a junção dos três últimos mencionados. A atividade turística na sua complexidade, demanda planejamento integrado, ou seja, onde os componentes do setor estejam devidamente sincronizados a fim de atingir metas e diretrizes a um mesmo tempo, o que dará ao processo o dinamismo necessário a uma boa produtividade e sua sustentabilidade. (BENI, 1997)

Esse processo de planejamento integrado faz-se extremamente difícil por necessitar de uma parceria eficiente entre governo, comunidade e iniciativa privada. A gestão participativa tem por propósito envolver, integrar, a comunidade e o empresariado nas decisões políticas frente às ações que o município assumirá para seu

desenvolvimento. Agindo assim o governo compartilha a responsabilidade das escolhas e proporciona melhor aceitação de suas ações perante os outros atores envolvidos nas atividades. (BENI, 1997)

Diante do objetivo desse trabalho, o estudo da urbanização e da paisagem, também faz-se necessária uma outra forma de entender o turismo, sob um olhar físico. Para iniciar essa discussão, voltada para o planejamento físico de um ambiente, convém antes mencionar alguns conceitos dos quais a atividade turística faz uso, como o de espaço.

Para Milton Santos, geógrafo que estuda este conceito, “o espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1997). Espaço é tudo aquilo que está ao redor do ser, seja tangível ou não, e o próprio homem está presente nesse conceito.

A teoria aponta como base para a formação dos espaços as relações sociais que nele se travam e destas com o próprio meio. Tais relações e seus constantes desdobramentos são refletidos na paisagem. O acúmulo de gerações, cada uma produzindo e reproduzindo espaços

fará da paisagem um processo histórico. Por esse motivo faz-se necessário perceber quais são esses agentes da sociedade que atuam na produção do espaço, conseqüentemente na construção da paisagem. Segundo Santos (1985) eles seriam: os homens, as instituições e a firmas.

Os homens estão representados por toda comunidade local e turística. Vão desde prestadores de serviços, desempregados, proprietários de terras, grileiros, etc., a moradores locais que alugam suas casas para temporadas. A outra parte refere-se aos turistas. As relações que se travam entre essas pessoas são de fundamental importância, pois a qualidade dessas irá impor a positividade da atividade.

As instituições, representadas pelo Governo, são responsáveis pela produção das normas, ordens e legitimações que são aplicadas no espaço. Ruschmann (1997) ao referir-se ao papel do Estado na implantação e gestão do turismo diz que o mesmo deve cumprir uma série de obrigações a fim de proporcionar um desenvolvimento ordenado, onde as comunidades e o meio natural sejam preservados de impactos negativos. A

mesma autora continua o discurso apontando como deveres do Estado promulgar leis e elaborar previsões para estruturas que receberão a atividade.

As firmas representam todo o setor privado envolvido com o turismo. São os empresários e empreendedores do ramo, donos de bares, restaurantes, pousadas, hotéis, etc. São os que “tem como função essencial a produção de bens, serviços e ideias” (SANTOS, 1985, p.6). Sobre elas Rodrigues (1999) relaciona: as indústrias de construção-edificação e insumos, a indústria de imobiliários e a indústria de equipamentos de bens de consumo duráveis. Cabendo a essas pessoas, por exemplo, a elaboração de pacotes e roteiros e a construção de equipamentos turísticos.

Vistos os agentes sociais que produzem os espaços, analisa-se agora a questão física quanto à urbanização concedida a estes espaços. A partir do momento em que se almeja trabalhar o turismo em uma localidade é necessário que essa seja estruturada com urbanização, saneamento, sistema de comunicação, e que nela sejam disponibilizados equipamentos direcionados a atividade.

### 3 A Urbanização Turística e a Paisagem

A urbanização vive no cerne de inconstâncias econômicas, políticas, sociais e culturais, o que nela reflete como mudanças estruturais, configurando novos padrões de centros urbanos. Esses centros urbanos recebem cada dia mais fluxo humano, o que faz acentuar as carências estruturais já existentes, chegando ao ponto de se tornarem inviáveis à moradia de qualidade. O urbanismo, então, deve ocupar-se da planificação, do funcionamento e da organização racional dos ambientes urbanos levando sempre em conta sua harmonização com requisitos sociais, estéticos, políticos, culturais e econômicos (GOUVÊIA, 2005). Como se configura, então, a urbanização de uma localidade turística?

Mullins (1991) entende que a urbanização turística tem características singulares, dentre elas o autor diz ser essa urbanização espacialmente diferente porque é socialmente diferente. As relações sociais nestes locais são bastante complexas já que há a presença constante de pessoas que, teoricamente, não fazem parte do ambiente, mas que estão sempre presentes nele, os turistas. Assim, a

comunidade local tem que se adequar a essa constante presença dos “de fora”, além de ter também que se adequar à economia que é ditada pela atividade e as formas urbanas que vieram com ela.

O turismo trouxe consigo uma nova forma de urbanização, voltada para o consumo de bens, serviços e paisagens. Antigamente, as cidades eram construídas para satisfazer necessidades e para a produção; atualmente se têm cidades criadas para atender ao consumo, ao lazer (MULLINS, 1991). Isso faz com que as cidades permaneçam em um movimento de constante criação, remodelando o espaço de acordo com as necessidades da atividade, gerando novas paisagens e novos hábitos. Este novo padrão urbanístico reorganiza socioespacialmente uma localidade, adequando-a as novas ações produzidas através do turismo pela demanda social desse. As cidades então são dotadas de novos objetos (empreendimentos e serviços), que traduzam e atendam a moderna sociedade do consumo.

No turismo litorâneo, ao qual se remete mais precisamente este trabalho, pode-se dizer que sua urbanização vinculasse à forma de ocupação que sofreu.

Macedo (2001) aponta cinco formas (ou padrões) pelas quais uma localidade pode ser ocupada, sendo elas: urbano consolidado; urbana exclusivamente hoteleira; urbano rústico e urbano balneário.

O primeiro padrão constitui-se por aqueles trechos urbanizados da costa cuja ocupação se deu de forma tradicional, pelo processo natural de expansão da cidade. Nesses locais as atividades turísticas são meramente complementares, estando já inseridas em seu cotidiano, não representando alteração no comportamento social nos habitantes locais pela chegada de turistas.

A ocupação urbana exclusivamente hoteleira pode ser vista em uma restrita parcela da costa, onde assentamentos urbanos têm como função prioritária a hotelaria. Na disponibilização espacial, esses assentamentos podem estar isolados ou conectados uns aos outros, mas perante o meio social da localidade em que se instalam eles permanecem isolados. Esse é um turismo elitista e segregador, pois poucos possuem recursos financeiros para desfrutá-lo e a comunidade local se faz excluída pela barreira social e mesmo

física (pois esses espaços são cercados por verdadeiras muralhas).

O urbano rústico caracteriza-se por áreas que ainda estão iniciando seu processo de ocupação. Em geral, são pequenas vilas de pescadores, um tanto isoladas dos grandes centros, onde o turismo – de veraneio ou hoteleiro – ainda não se tornou a principal fonte de renda. As atividades primárias e artesanais de pesca, extrativismo e agricultura ainda permanecem fortes e mantêm a população.

Percebe-se que Jacumã se enquadra no que Macedo (2001) chama de urbano balneário ou urbano recreativo, uma forma de ocupação que tem por característica extensos trechos da costa ocupados por loteamentos primordialmente destinados à segunda residência ou veraneio, situados em municípios cuja atividade urbana principal está prioritariamente voltada ao turismo.

Emerge, assim, no final do século XXI o que viria a ser “o mais importante fator de transformação e criação de paisagens ao longo da costa brasileira” (MACEDO, 2001, p.181), a urbanização turística de segunda residência. Esse tipo de ocupação explora ao máximo os valores paisagísticos da praia, pois são esses seus

focos. As segundas residências se configuram como fenômeno urbano a partir dos anos de 1950 e 1960, a princípio no estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, posteriormente expandindo-se por todo país.

Verifica-se que, na maioria das vezes, a forma de ocupação urbano balneário deu-se pela busca do “paraíso” trazendo para o litoral as segundas residências dos moradores de grandes cidades. Essas segundas residências vão receber nos períodos de férias/feriados/ finais de semana, seus donos, que farão movimentar o capital e também influenciarão na vida da população local.

Nota-se que essa fuga do cotidiano em direção ao “paraíso” acaba por levar a estes destinos as mesmas condições de vida negativas que esses turistas encontram nas grandes cidades (sua origem). Quando chegam as férias/feriados, essas localidades turísticas de segunda residência são tomadas por centenas, por vezes, milhares de turistas, culminando no mesmo estresse de engarrafamentos no tráfego, barulho de buzinas, falta de água, falta de segurança, dentre outras características advindas das grandes cidades.

A urbanização turística, assim como a própria atividade em si, traz problemas. As alterações causadas por essa nova forma de ocupação afetam desde valores paisagísticos a valores ambientais e sociais, pois para a implantação da mesma muitas vezes se erradica a vegetação nativa, alteram-se lagos, assoreiam-se rios e mangues e comunidades (pesqueiras) inteiras são deslocadas para ceder o melhor espaço.

Os efeitos ambientais desta urbanização são sentidos a médio e longo prazo com a crescente impermeabilização do solo, com a poluição das águas na alta temporada turística, etc. No que tange ao aspecto social, os conflitos são observados principalmente na exclusão de suas moradias em áreas afastadas daquelas destinadas ao veraneio, lugares onde por vezes inexistem até infraestrutura básica. O pior está no fato de que o próprio Governo reconhece tais assentamentos como legais (MACEDO, 2001), procurando remediar os problemas reclamados pela população, porém nem sempre os resolvendo.

Todas estas questões urbanísticas e sociais se refletem na paisagem do local, a atividade em si provoca mudanças significativas. Para se entender essas

mudanças segue-se abordando o tema paisagem.

Macedo (2002) adota a idéia de paisagem como sendo a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e configuração de um território, das conseqüentes transformações do ambiente em um determinado tempo. Paisagem é produto e é sistema; produto porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e sistema por haver sempre uma reação às ações nela ocorridas, acarretando em uma modificação morfológica parcial ou total. A paisagem representa as formas e as relações existentes no espaço e para as pessoas ela esta na percepção do mundo. Para Santos (1994) paisagem é tudo aquilo que nossa vista alcança.

A geografia indica a paisagem como um processo constantemente mutante, onde as formas sempre vão estar se adequando ao modo dos homens atuarem no espaço. Assim novos modos de produção gerarão novas configurações territoriais. No processo de ocupação do Brasil e construção da nação, as paisagens litorâneas foram as que primeiro sofreram alterações, fato decorrente de serem os espaços mais propícios à instalação dos

portugueses. Dessa forma, desde os tempos de Colônia, o litoral brasileiro veio passando por transformações para adequar-se a vida humana, passou a abrigar cidades, portos e plantações e serviu de base para as posteriores penetrações rumo aos sertões (MACEDO, 2001).

As paisagens são construídas por processos naturais e sociais dentro de um contexto (ou evolução) histórico, carregando consigo a identidade de um determinado local. O que acontece, hoje constantemente, com a apropriação dos espaços pelo turismo, e pela urbanização turística, é a reprodução dessas paisagens que se formaram, outrora, naturalmente. Ou seja, o turismo copia uma determinada paisagem, a que mais lhe for conveniente, a que melhor vender, e a reproduz nos espaços em que pretende atuar. Pode-se chamar esta cópia de paisagem artificial, já que não é original. Desta forma, por vezes o turismo aplica paisagens em locais onde elas não se encaixam, passando a destoar de seu entorno, seja histórica, sócio, cultural ou até mesmo, fisicamente.

Uma paisagem “padronizada” não apresenta qualidades, pois, segundo Macedo (2002), para ter qualidade a paisagem precisa estar em equilíbrio



ambiental, funcional e estético. A qualidade ambiental preocupa-se com as possibilidades e condições de vida e sobrevivência de todos os seres vivos e comunidades que ocupem o ambiente. A qualidade funcional está expressa no grau de eficiência do lugar, ou seja, no tocante ao bom funcionamento da sociedade que dele desfruta. Já a qualidade estética representa e deve estar congruente aos valores sociais de cada comunidade. O que nota-se no litoral brasileiro é que essa condição de qualidade paisagística é pouco vislumbrada, gerando, assim, lugares como Jacumã, ou seja, que possui um desequilíbrio entre o ambiental, o funcional e o estético, como será visto no próximo tópico.

Essas questões qualitativas fornecem instrumentos para se produzir um projeto intervencionista, caso se almeje transformar um espaço “em lugar de ou para a vida humana”, que proporcione um resultado final de acordo com as características do lugar (MACEDO, 2002). Assim as paisagens se formariam dentro do equilíbrio anteriormente mencionado.

Macedo (2002) acrescenta ainda que nas paisagens existem atributos que lhe agregam valor seriam estes: a

excepcionalidade, a estética, a afetividade e o simbolismo.

O primeiro atributo referencia um lugar ou seguimento de paisagem que em relação ao seu entorno, ou até mesmo a um conjunto de paisagens de uma determinada região, se destaca devido sua morfologia. No Brasil pode-se destacar como exemplo de excepcionalidade o morro do Pão de Açúcar, na cidade do Rio de Janeiro e remetendo-se a Paraíba é possível apontar a foz do rio Paraíba.

A estética é um atributo que está, indiscutivelmente, vinculado aos padrões culturais da sociedade em um dado momento, ao modismo que se instala num período da história, que por sua vez interfere na determinação de valor agregado a cada paisagem. Um exemplo claro desta última fala seria o que vivencia o ecoturismo atualmente, a prática deste está em alta, na moda, logo a paisagem escolhida será aquela onde a modalidade possa se desenvolver.

A terceira questão é de cunho bastante particular, já que diz respeito à afetividade de uma comunidade diante de uma paisagem. Essa comumente será uma estrutura morfológica que está presente na vida da comunidade por muito tempo,

como por exemplo, um edifício histórico, que faça parte de seu cotidiano. Dessa forma as pessoas se apegam a tal estrutura (artificial ou natural) não permitindo sua destruição e até mesmo lutando por sua conservação.

O quarto atributo, o simbolismo, menciona o valor dado a uma paisagem, por parte ou pelo todo da sociedade, por ter abrigado um fato histórico, uma conquista, um evento social. Seria um lugar ou objeto que simboliza, que é uma marca, da cidade ou local onde se encontra. Exemplos de símbolos nacionais seria o Monte Pascoal, primeiro ponto de terra avistado por Cabral, localizado ao sul do Estado da Bahia, ou o Vale do Anhangabaú, onde começou a se formar a vila de São Paulo, hoje a megalópole brasileira.

Posterior à explanação do que seja urbanização turística e do que a paisagem representa, como ela é formada e dos preceitos para obtê-la com qualidade, faz-se a seguir uma análise de como se encontra o quadro físico-estrutural e paisagístico da Praia de Jacumã.

#### **4 A Praia de Jacumã e sua Paisagem Atual**

A Praia de Jacumã está localizada no município do Conde, pertencente ao litoral sul do Estado da Paraíba, sendo a primeira praia avistada nessa região. Jacumã faz fronteira com a Praia de Barra de Gramame ao norte, com a Praia de Carapibus ao sul e com o distrito do Guruji a oeste. Possui uma população de aproximadamente seis mil habitantes.

A descoberta do lugar que hoje se chama Jacumã, remonta ao período colonial, onde o comércio de pau-brasil pelos franceses fez dessa praia um dos portos naturais mais movimentados do Brasil durante o século XVI. Nesse período, o município do Conde tinha sua população formada por índios, etnia esta que foi, ao longo dos anos, sumindo, devido ao processo de mestiçagem<sup>6</sup>.

A ocupação do Conde, volvendo ao tempo da descoberta, deu-se pelos indígenas e depois por seus descendentes, época onde a terra era utilizada para produção de alimentos em pequenas unidades produtivas. Já recentemente, com

---

<sup>6</sup> As informações contidas neste histórico podem ser estudadas em Cavalcanti, Maria Helena *et al.* Uma História do Conde. João Pessoa:Ed Universitária/UFPB, 1996.

a emancipação do município, desmembrado da capital paraibana a 18 de novembro de 1963, as atividades e usos da terra mudaram bastante. Na década de 60 surgiram os primeiros loteamentos residenciais, destinados principalmente à atividade turística. Nos anos 70, o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) fez com que a monocultura canaveira ocupasse grande parte do território do município, mas não chegou a estar presente em Jacumã.

Até 1970 a Praia de Jacumã era ocupada, em sua maior parte, por pescadores cuja atividade de subsistência fazia-se artesanal, participando da cultura da região. Mas a partir dessa década pode-se observar um forte avanço da especulação imobiliária no intuito de formar ali uma área de veraneio, esse processo se acelerou na década seguinte, anos de 1980, com o asfaltamento da Rodovia PB-18 e pela política de incentivo ao desenvolvimento da atividade turística, fomentada pela Prefeitura Municipal.

A ocupação dada pela atividade turística deu-se assim no final do século XX, quando são instaladas as primeiras casas de veraneio na Praia de Jacumã. A partir deste momento Jacumã passou a ter

um processo de ocupação muito maior em relação às demais praias do litoral paraibano. Ocupação esta decorrente de um grande fluxo de veranistas e visitantes advindos principalmente das cidades de João Pessoa e de Campina Grande.

A expansão da área, bem como seu desenvolvimento urbano, foi tomando forma com a presença desses turistas de segunda residência que estão intrinsecamente vinculados à criação do atual espaço urbano de Jacumã. Foram as segundas residências que marcaram o início da urbanização local, bem como as construções de empreendimentos e implantação de infraestrutura, que deram forma à localidade. Como consequência dessa apropriação e construção do espaço da Praia de Jacumã pelo turismo, vieram os impactos que hoje são perceptíveis na área (social, ecológico, econômico, cultural e espacial) os quais interferem negativamente na paisagem local.

Nesta paisagem estudada é perceptível a falta de harmonia entre seus objetos: cultura, sociedade, economia e meio ecológico. Fato este que revela uma paisagem sem qualidade segundo Macedo (2001), já citado anteriormente. Diante da observação de seu ambiente hoje em dia,

pode-se descrever a paisagem urbana de Jacumã como desestruturada. Em visitas ao local, no período de 2005 a 2011, nota-se questões ambientais tratadas com indiferença, não há sistema sanitário e não é difícil encontrar esgoto correndo pelas ruas. O esgotamento é feito por fossas que em geral, não são ambientalmente corretas, não seguem condições de instalação impostas pelo Instituto Brasileiro de Apoio ao Meio Ambiente - IBAMA.



Figura 01: Esgoto a céu aberto I  
Fonte: Kiyotani, 2005



Figura 02: Esgoto a céu aberto II  
Fonte: Kiyotani, 2011

O sistema de coleta de lixo não é satisfatório e verifica-se o acúmulo do mesmo em terrenos baldios e até mesmo na frente de casas. No caso da limpeza da área da praia esta é efetuada três vezes por semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras e não há coletores de lixo na extensão das mesmas. Essas falhas citadas atingem o meio ambiente e revelam a falta de planejamento físico da área, além da não sustentabilidade ambiental, fatores imprescindíveis a um turismo responsável.



Figura 03: Lixo logradouro público  
Fonte: Kiyotani, 2005



Figura 04: Lixo em terreno baldio  
Fonte: Kiyotani, 2011

Quanto à funcionalidade da área são numerosas as falhas já que não existem no local escolas que atendam à população, existe apenas uma creche, fazendo com que os alunos tenham que se dirigir ao município do Gurujá para os estudos, e por muitos momentos não há disponibilidade de ônibus escolar municipal. O sistema de saúde público só oferece aos moradores e visitantes um único posto médico, mas que somente atende a casos de pouco risco e nem sempre mantém um médico plantonista. No que tange a segurança local existe apenas uma delegacia, da qual o delegado reside em João Pessoa e por isso não está presente diariamente. A segurança de Jacumã é feita pela guarda municipal, desconhece-se a presença da Polícia Militar.



Figura 05: Posto de Saúde  
Fonte: Kiyotani, 2005



Figura 06: Delegacia  
Fonte: Kiyotani, 2005

A maior parte das ruas não possui calçamento, o que trás transtornos pelo barro repleto de buracos, que no inverno se alagam e no verão causa incomodo pela poeira. Além disso, os espaços públicos de lazer são mal tratados, a quadra frente-mar que é um local bastante conhecido encontra-se em condições razoáveis, visto que possui buracos e seus arredores estão com calçamento deteriorado.



Figura 07: Rua sem pavimentação I  
Fonte: Kiyotani, 2005



Figura 08: Rua sem pavimentação II  
Fonte: Kiyotani, 2011



Figura 09: Arredores da quadra  
Fonte: Kiyotani, 2011



Figura 10: Quadra  
Fonte: Kiyotani, 2005

Quanto à funcionalidade do sistema turístico demonstra-se um desequilíbrio, visto que a infraestrutura da Praia é carente e a superestrutura, representada por setor público e setor privado, é pouco atuante. O setor privado restringe-se a cobrar ações

governamentais, já o setor público alega falta de bons projetos e de verba. O atual governo municipal tem apresentado interesse em melhorar a aparência e a funcionalidade de Jacumã, porém há de se cobrar que as modificações sejam congruentes à sustentabilidade defendida por Sachs (1994) anteriormente.

No que cabe a qualidade estética, pode-se chegar ao consenso de que esta reflete todas as faltas e falhas apontadas anteriormente. Diante desse fato a paisagem de Jacumã está bastante deteriorada. As carências urbanas acabam por desvalorizar uma área bela que atualmente requer cuidados. As praias, quanto à natureza que as compõe, não deixam a desejar, possuem beleza, mas não podem continuar com a precária urbanização, já que a probabilidade de poluição das águas do mar e da areia da praia é alta, fazendo com que as pessoas no futuro não possam desfrutar dessa paisagem.

Essas percepções anteriores foram construídas a partir de freqüentes visitas ao local, realizadas no ano de 2005, 2010 e 2011, e confirmadas nas entrevistas efetuadas com líderes comunitários, com o empresariado e setor público locais.

A partir das entrevistas realizadas, verificou-se uma opinião bastante uniforme quanto à questão urbana e paisagística de Jacumã, bem como com relação à prática da atividade turística no local. Sobre o primeiro ponto os entrevistados concordam que a urbanização é deficitária e que interfere na paisagem, mas que a última não deixa de ser bela. Na questão colocada sobre o turismo é fato que todos o desejam e acreditam trazer prosperidade, mas que ainda requer melhores condições de atuação.

As primeiras entrevistas deram-se com a comunidade local e com os empreendedores, após esta primeira etapa vieram àquelas realizadas com autoridades do poder político municipal. Os questionamentos em todas as entrevistas giraram em torno dos mesmos conceitos: turismo, urbanização e paisagem.

Quando questionado a comunidade sobre o turismo, em geral a aceitação é boa e não há reclames de desavenças entre turistas e comunidade, dizem ser esse um contato harmônico. A opinião quanto às atuações municipais em maioria é a mesma: faltam incentivos, melhorias públicas e comunicação. Sobre o

investimento relatou-se, “a prefeitura investe pouco, mas o governo do Estado a gente nem vê por aqui” (representante da Colônia de Pescadores de Jacumã) . E sobre a comunicação entre governo e comunidade discorre, “o contato com o prefeito atual existe, houve reuniões, porém ainda não vieram os resultados” (representante da ASCOMTUR<sup>7</sup>). A pior avaliação é sobre o quesito urbanização, onde todos os entrevistados concordaram em que esta não satisfaz.

“O que falta é política e organização da cidade. Aqui durante o carnaval começa a estourar as fossas a céu aberto, esgoto a céu aberto. Só existe urbanização, desenvolvimento, com saneamento básico” (responsável pela Associação dos Barraqueiros de Jacumã).

Quanto à beleza de Jacumã a resposta é comum a todos, uma rica paisagem. Já quando perguntado sobre ser o local bom para morar a maioria respondeu ser esse “o paraíso”, a única resposta contrária argumentou como causas que refletem na moradia a falta de urbanização e de segurança.

---

<sup>7</sup> Associação Empresarial, Comunitária e Turística do Litoral Sul da Paraíba – ASCOMTUR.

Um fato que chama bastante atenção nas entrevistas com a comunidade é o relato de que a colônia de pescadores, a primeira forma de ocupação da área posterior a indígena, habitava terrenos junto à praia, bem próximos ao mar. Quando as terras de Jacumã foram loteadas os pescadores foram retirados desses terrenos e relocados em áreas mais distantes.

“Eu sempre morei na área da praia, mas depois que lotearam tudo isso aqui o dono da área mandou todo mundo pro bloco de cá [referente ao lado de Jacumã que fica do lado contrario a praia depois da rua principal]. O dono dos lotes ali deu a cada um uma casa, um terreno” (representante da Colônia de Pescadores de Jacumã).

Este não é um caso específico de Jacumã. Já foi explicado anteriormente, no decorrer do trabalho, que existem dezenas de casos como esse, confirmando e exemplificando o poder de apropriação e especulação imobiliária contida no turismo. Este fato exemplifica a falta de sustentabilidade cultural e social, pois deixa claro a segregação que se faz presente em Jacumã e uma não valorização da cultura de pesca.

Diferente do posicionamento da comunidade, nas entrevistas com o empresariado percebe-se que há satisfação

quanto ao apoio advindo do setor público. Porém os reclames giram mais uma vez em torno da urbanização, falta saneamento e iluminação. Fora isso há queixas sobre segurança, lixo e a falta de opções de lazer, palavras de pousadeiros retratando a opinião de seus hóspedes.

Existe uma insatisfação dos pequenos empresários, alguns donos de barracas à beira mar e comerciantes. Esses relatam serem pouco apoiados pelo governo, posicionamentos contrários ao citado pelos donos de pousadas. Há queixas de que o governo somente valoriza os empreendedores do setor hoteleiro e de grandes restaurantes. Uma colocação da própria comunidade confirma o fato: “é preciso consertar Jacumã aos poucos, não pegando os pequenos, pisando nos pequenos e ajudando os grandes” (representante da Associação dos Barraqueiros de Jacumã). Este exemplo demonstra o descaso com os pequenos empreendedores da comunidade, enquanto há uma supervalorização dos grandes empresários, enfatizando que a maioria destes não são brasileiros, são estrangeiros que vieram a Jacumã, se encantaram, e resolveram montar uma pousada ou hotel. Isto dificulta o relacionamento entre



população local e setor público, os torna cada vez mais distantes e oponentes.

Quanto às entrevistas com o setor público, essas portam palavras que não omitem verdades sobre o estado no qual se encontra a Praia de Jacumã. Foram entrevistados o Secretário de Planejamento e o Secretário de Meio Ambiente e Projetos Especiais do Município.

A primeira entrevista foi realizada com o Secretário de Planejamento, que relatou um rápido crescimento de Jacumã posterior à instalação do Município do Conde, em 28 de dezembro de 1963, devido sua atratividade.

O Secretário elencou alguns serviços públicos, “Jacumã tem um posto de saúde; uma delegacia; o núcleo da Prefeitura, onde está instalada a Secretaria de Obras. (...) O posto funciona por plantão de médico, sendo que no verão será aumentado o número de médicos, atualmente só tem um”. Sobre parcerias com o setor privado discorreu:

“Em Jacumã nós temos um grande número de pousadas e a administração municipal está mantendo contato com investidores internacionais [alemães, americanos, ingleses e espanhóis que querem investir em Jacumã] para formar parcerias (...)” (...) “Recentemente nós fomos a São Paulo para manter

contato com os empresários de lá para que eles invistam no Conde. Nós sempre fazemos reuniões com os empresários daqui, com os pousadeiros, nós sempre nos comunicamos. Quando viajamos sempre convidamos os empresários. Aluísio, que é de empresa privada, privilegia muito o investidor e empresários, então há muito contato entre a administração pública e a empresa privada, até porque nós não temos recursos suficientes para bancar todos os investimentos do turismo, precisa também que os empresários entrem em parceria”.

Questionado sobre a eficiência da estrutura urbana e de seus equipamentos acredita-se faltar muita coisa para se alcançar o desejado pelo governo, mas que para população local já satisfaz suas necessidades. O grande problema segundo o Secretário é a população flutuante que ali se instala no período de veraneio. A população fixa tem número estimado em cinco a seis mil habitantes, com a chegada do verão atinge picos de até cinquenta mil, o que faz com que o equipamento urbano não suporte tal contingente. Foi enfatizada a precisão da melhoria da segurança.

Sobre o relacionamento com a comunidade local e com os veranistas relatou-se,

“Existe a dificuldade de contato com os veranistas. Nós vamos fazer uma pesquisa pra tentar

traçar um perfil do turista do Conde. Para facilitar o contato entre administração pública, a comunidade e o turista, foi criado o Núcleo Administrativo de Jacumã. Nós precisamos criar um contato até para cobrança do IPTU. Não existe resistência da comunidade para o contato conosco, sobretudo porque é nosso interesse e a gente vai executar o plano diretor que vai ser participativo”.

Foi mencionada ainda a pretensão de se fazer pequenos eventos com uma determinada frequência para suprir a sazonalidade turística, e que o público alvo estabelecido pelo governo é o visitante disposto a despendar bastante dinheiro na localidade.

A capacitação profissional oferecida pelo governo é a mínima, apenas cursos de camareira, de guia turístico, cozinheiro, línguas estrangeiras, ministrados pelo SEBRAE e SENAC.

O segundo entrevistado do setor público, Secretário de Meio Ambiente e Projetos Especiais, falou sobre o surgimento e o processo de concretização do turismo em Jacumã:

“O turismo em Jacumã é muito antigo, vem dos anos setenta, é um turismo de veranistas que vinham principalmente do interior do Estado, a maioria de Campina Grande. É originário de uma vila de pescador que foi se

desenvolvendo como um turismo de veraneio” (...) “Processo de ocupação foi gradual ao longo desses 40 anos, porém nesses dez últimos anos tem apresentado um processo acelerado e desordenado. (...) A ocupação deu-se espontaneamente, sem um plano de urbanização inicial”.

O Secretário fez uma avaliação até então negativa da presença do turismo na localidade. Disse existirem projetos para melhoria da Praia, o primeiro e principal é um plano de urbanização que “engloba tanto a parte de infraestrutura, de calçamento, de esgotos sanitários, como também de paisagismo, com barracas padronizadas, calçadão e uma ordenação da orla marítima”. Contrário ao Secretário de Planejamento, o então entrevistado acredita a atual urbanização atender precariamente a comunidade.

“A urbanização, hoje, atende precariamente a comunidade. Nós temos bancos, nós temos feiras, nós temos um comércio razoavelmente bem equipado com padaria, supermercado. Mas não acompanha o nível que nós queremos, que o destino requer, que é uma coisa já mais sofisticada, mais refinada”.

No contato com os moradores e empresários afirmou haver total interação, inclusive no que tange a apresentação e

discussão dos projetos do governo para os assentamentos e as associações.

O Secretário de Meio Ambiente concluiu sua fala com muita esperança no desenvolver da atividade turística para o Conde e também Jacumã,

“espero que nesses próximos oito anos nós tenhamos feito um trabalho que vá colocar a Paraíba num nível de outros vizinhos. Nós temos o problema de porta de entrada que é o aeroporto, mas que o governo promete resolver. Acredito que em cinco anos estaremos no porte do Rio Grande do Norte. Acredito que o lugar de expansão do turismo é o litoral sul, pela própria estrutura que já existe, por toda uma decisão de governo municipal de incrementar o turismo nessa região, acredito que estaremos em cinco anos num patamar bem elevado, com instalações de novos equipamentos hoteleiros, restaurantes, como também na demanda do turismo nacional e internacional principalmente”.

Passados seis anos da realização dessa entrevista com o Secretário de Meio Ambiente, à época, é fato que a Paraíba não atingiu o nível de crescimento do turismo que o seu vizinho, o Rio Grande do Norte, mas é visível a elevação dos números turísticos do estado. O fluxo de turistas e de renda cresceu, o aeroporto da capital paraibana melhorou e hoje João Pessoa já tem espaço na mídia nacional,

levando consigo a imagem de outras localidades paraibanas, incluindo nessas, o município do Conde com suas belas praias.

Sobre pontuais colocações do último entrevistado ressalta-se o posicionamento totalmente contrario a privatização da área da praia, fato que já ocorre com frequência em outros destinos nacionais e internacionais. Outra que chamou bastante atenção foi a seguinte declaração:

“Neste momento nós queremos transformar todo litoral do Conde num destino internacional, passa de uma ordenação puramente regional como era, tipo feijão com arroz pra passar a um nível internacional. Em Jacumã a gente tem muita fluência dos países escandinavos, países de primeiro mundo, hoje nosso principal mercado. Esses turistas têm o melhor padrão de vida do mundo, então precisamos chegar a um nível mínimo de conforto que atenda o padrão internacional”.

O investimento na captação de empresários e visitantes estrangeiros continua grande, para o governo municipal este ainda é o público de investidores e turistas prioritário. Mas é preciso perceber que, por mais que o público alvo seja internacional, não se pode perder o regionalismo, a identidade cultural, as características da terra. É preciso um bom

planejamento que una conforto e satisfação às raízes e personalidade locais. Além de ser necessário a inclusão da população local nesses estabelecimento turísticos de origem estrangeiras, para que o retorno econômico beneficie a comunidade.

Por último, cabe analisar a pergunta presente em todas as entrevistas sobre o que trouxe a PB-008. Um único entrevistado fez uma colocação negativa em sua construção,

“A questão está no fato de que a nova estrada facilitou o acesso, mas a facilidade de vir para Jacumã também é a mesma de voltar para João Pessoa, ou seja, implicou na não permanência dos visitantes. A rodovia também mudou o estilo de vida dos moradores (piorou para o comércio) que agora vão para João Pessoa fazer suas compras, o dinheiro então não circula nem fica em Jacumã, vai todo para a capital. Assim como os moradores preferem fazer suas compras na cidade, os donos de pousadas, restaurantes, etc, também as fazem”.

De fato ao facilitar o deslocamento para fora de Jacumã, aproximando-a em tempo da Capital, fez e faz com que a busca por um lugar maior, na idéia de que quanto maior a cidade melhor são os produtos vendidos e os

acontecimentos da mesma, surja no ideário das pessoas.

O problema está na cadeia produtiva da localidade que se vê afetada, prejudicada, pela diminuição de capital circulando no mercado. Sob essa realidade problemas podem ser desencadeados, por exemplo, o fechamento de inúmeros pontos comerciais, gerando o desemprego, que por sua vez pode levar a marginalização, ao êxodo local, etc. Neste caso a estrada que tem a intenção de levar o progresso acaba por trazer o empobrecimento da área.

Em todos os demais relatos a PB-008 é declarada como ótimo investimento na região, facilitou o escoamento do tráfego e o acesso às praias, aumentou o fluxo turístico e a comunidade não se queixa disso.

Finalizadas as entrevistas, visto a situação em que se encontra a localidade em questão perante o planejamento urbano, é evidente avaliar como ainda não está aplicado o conceito de planejamento sustentável. Será necessário um número considerável de intervenções na área para equilibrar este meio ambiente. Começando de onde se deve, é preciso dar melhores condições de vida a população local, com a

construção de escola, com a melhoria no atendimento a saúde, melhoria da segurança e iluminação pública e dos sistemas de saneamento.

Faz-se preciso com a mesma urgência harmonizar as relações entre os atores sociais, conciliar interesses comunitários, políticos municipais e privados, a fim de satisfazer a todos. Somente a partir de mudanças físico-estruturais somadas a uma interação dos atores, o turismo poderá progredir sustentavelmente na área. Talvez ainda reste tempo para consertar as ações precipitadas do início do turismo em Jacumã, pois é notório que na ânsia por crescimento econômico foram esquecidas as necessidades de desenvolver cidadania e propiciar qualidade de vida aos residentes locais, duas das principais exigências para um turismo bem planejado.

Visto as teorias sobre desenvolvimento e planejamento torna-se bastante perceptível que o turismo praticado hoje em Jacumã não levará ao desenvolvimento da área, por questões de falha no planejamento físico, de não sustentabilidade das ações públicas e privadas que afetam a natureza, a população e a cultura local.

Ainda é visível as consequências trazidas pelas ações errôneas e também pelas não ações, na paisagem de Jacumã. Da mesma forma que o fato de aterrar manguezais e permitir construções à beira mar, sem o limite legal estabelecido, prejudicou a paisagem, ações como a falta de manutenção nos arredores da quadra, nos bares da orla e no calçamento das ruas também afetam a paisagem. Como já mencionado e exemplificado no início deste capítulo a Praia de Jacumã não apresenta a qualidade paisagística defendida por Macedo (2001) onde meio ambiente, funcionalidade e estética caminham juntas e devem estar em equilíbrio.

## 5 Considerações Finais

A partir do objetivo proposto no início deste trabalho, estudou-se o processo de ocupação de Jacumã. Para isso foi visto histórico e conceitos do que envolve os processos de ocupação, a urbanização e, no século XX, a urbanização turística. No caso de Jacumã também foi exposto um breve relato de seu processo de ocupação, visando mostrar como o turismo está

presente na área desde os primeiros anos de urbanização.

As relações estabelecidas entre as ações do homem com seu meio e com seu semelhante que formam paisagens, hoje têm outro dinamizador para suas mudanças, o turismo. As modificações físicas, culturais, ecológicas e sociológicas trazidas com o turismo, assim como a relação que existe entre estes aspectos, definem novas paisagens. Em Jacumã isto é bastante expressivo, dado ao grande número de imóveis de veraneio e a como a população local já se familiarizou com a presença desses turistas.

É forte a questão de como a cidade, sua paisagem e urbanização, atualmente é voltada para a atividade turística, são inúmeros mercadinhos, pousadas e bares à beira mar construídos para atender a demanda de turistas que lá aportam em todo período do verão. Na verdade o turismo foi a base de crescimento urbano de Jacumã, por isso foi também a base de criação de sua paisagem.

Mas e a qualidade dessa paisagem? Bem, é notável o quão está comprometido o meio ambiente local, sem equilíbrio estético posto que sua urbanização é insatisfatória e promove

cenas como esgotos correndo a céu aberto e lixo por ruas e terrenos baldios. Por própria falha na urbanização e também pelo impacto causado por turistas e moradores locais, o meio ecológico se vê degradado, pelo lixo e pela poluição sonora. E ainda sua funcionalidade dependente do turismo, pois nos períodos de baixa temporada turística a Praia entra em uma crise econômica.

Por fim, a análise dessa atual paisagem mostrou que é necessário um novo posicionamento dos principais agentes sociais que atuam em Jacumã. Setor público e privado, comunidade e turistas precisam repensar e planejar em conjunto uma melhor forma de produzir o turismo, para que se possa superar a situação caótica que se encontra atualmente na área. Uma nova visão precisa ser lançada, o ideal do turismo sustentável tem que reger a mudança estrutural e de atitudes na Praia de Jacumã. Somente com um renovar de ideais e atitudes se proporcionará um turismo sustentável, que traga benesses e prosperidade para a região, garantindo assim o futuro da atividade em Jacumã.

## 6 Referências Bibliográficas

- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SP: Editora Senac São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_, Mário Carlos. Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional. Planejamento Integrado do Turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balasteri(org). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 10<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- BARROCO, Cristina. **Definições Conceitos** I. Disponível em: <[http://www.estv.ipv.pt/paginaspessoais/cbarroco/Principios\\_Gerais\\_de\\_Turismo.htm](http://www.estv.ipv.pt/paginaspessoais/cbarroco/Principios_Gerais_de_Turismo.htm)>, 2005.
- BONALDO NETO, Olímpio. In: CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante do século XX**. 2<sup>a</sup> ed. Caxias do Sul: Educs, 1990.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Porto Alegre: Edusc, 2002.
- BURSZTYN, Marcel (org). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante do século XX**. 2<sup>a</sup> ed. Caxias do Sul: Educs, 1990.
- GOUVÊA, Irajá. Disponível em: <<http://iraja.v10.com.br/index.htm>>, 2005.
- HALL, Michael Colin. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000 (Série Turismo).
- MACEDO, Sílvio Soares. Paisagem, Turismo e Litoral. In: YAZÍGI, Eduardo (org). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2001.
- MACEDO, Sílvio Soares; PELEGRINO, Paulo Renato. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.; CRUZ, R. (orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. Turismo e Urbanização. In: RODRIGUES, Adyr B. (org). **Turismo, Modernidade e Globalização**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- OMT - Organização Mundial do Turismo. Tourism Highlights: 2012 Edition. Disponível em: <http://mkt.unwto.org/en/publication/unwto-tourism-highlights-2012-edition>. Acesso em: 11/07/12.
- RODRIGUES, Adyr. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Turismo).
- SACHS, Ignacy. In: BURSZTYN, Marcel (org). **Para Pensar o Desenvolvimento**



**Sustentável.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1997

SOUZA, Marcelo Lopes. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balasteri(org). **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

\_\_\_\_\_, John. **Turismo Sustentável: meio ambiente e economia.** São Paulo: Aleph, 2000.

\_\_\_\_\_, John. **Turismo Sustentável: setor público e cenários geográficos.** São Paulo: Aleph, 2000.